

ARMÁRIO DE VIDRO E AS CHAVES PERDIDAS: SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SEXUAIS DA POPULAÇÃO LGBT

Luís Fernando da Veiga

RESUMO

A mídia escrita *online* é um dos meios de comunicação de maior visibilidade e representatividade no mundo. Um dispositivo que (re)produz e circula matrizes discursivas dos fenômenos em seus momentos históricos e culturais. Os atravessamentos sobre gênero e sexualidades da população LGBT perpassam os caminhos das pluralidades e das singularidades, e são imbuídas de interconexões entre o público e o privado nas políticas públicas e sociais. Pensando nas questões de gênero e sexualidade da população LGBT em cidades de pequeno porte o presente artigo apresenta a pesquisa que analisou reportagens veiculadas pela mídia escrita *online*, em um jornal do interior do Rio Grande do Sul, sobre fatos ou opiniões relacionadas a essa população, problematizando os escritos veiculados e tomando como norteadores as noções de discurso do filósofo francês Michel Foucault, de performatividade de gênero e de cisheteronormatividade e refletindo sobre as políticas públicas destinadas a garantir os direitos dessas populações. Apresentaremos uma forma de realizar pesquisa sobre e temática utilizando a combinação gramatical entre armário e vidro em decorrência dos jogos linguísticos disponíveis para abordar a complexidade da população LGBT. O garimpo jornalístico encontrou 44 reportagens envolvendo os discursos de gênero e sexualidade em seus enunciados e textos abarcando o período entre setembro de 2014 e junho de 2016. A partir da análise das reportagens apresentamos a primeira grande categoria: “Abrem-se alguns armários”, que aborda o momento histórico escolhido para iniciar a análise, ou seja, o primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo no município e também um ano de eleições presidenciais que alavancaram a discussão sobre políticas públicas LGBT. Dentro desta categoria, elencamos quatro subcategorias: “Armário de vidro blindado”, abarcando homens gays cisgêneros. Para discutir os discursos envolvendo a população de travestis utilizamos a analogia com o “Armário de vidro temperado estilhaçado”. O “Armário de vidro transparente acústico” aborda gênero e sexualidade de pessoas transexuais. Ao falarmos sobre as mulheres lésbicas escolhemos o “Armário de vidro fumê”. As reportagens enlaçando LGBTs e propagandas comerciais intitulou a subcategoria “Armário de vidro cristal”. Por fim, na categoria intitulada “Direitos sexuais, direitos humanos e políticas públicas: encontrando as chaves perdidas dos armários”, buscamos propor uma reflexão sobre a luta por direitos, avanços e lacunas nas políticas públicas e sociais para LGBTs.

Palavras-chave: LGBT. Performatividade. Cisheteronormatividade. Mídia Escrita. Análise do Discurso.

INTRODUÇÃO

As sexualidades e as questões de gênero, em um dilatado sentido dos termos, envolvem as subjetividades e os modos de vida, abarcando, assim, um combo de atravessamentos ilimitados. Desde longa data, as sociedades vivem de modo a contemplar os binarismos e, conseqüentemente, instituem padrões de normalidade, patologizando o que não se enquadra num pressuposto fixado. (Foucault, 2007; Butler, 2003). Esse

paradigma engessa as diversidades, marginalizando e violentando modos de vida que destoem à normatividade e negando o direito de viver livremente.

O presente artigo objetiva compartilhar uma forma de realizar pesquisa sobre gênero e sexualidade a partir da noção de discurso do filósofo francês Michel Foucault, pois privilegia a interdisciplinaridade e a atribuição de identidades sociais aos universos encontrados abarcando as interconexões entre poder e verdade e também as ferramentas conceituais performatividade e cisheteronormatividade dos Estudos de Gênero e Sexualidade das Ciências Humanas.

Utilizaremos a nomenclatura cisheteronormatividade que abarca a intersecção entre as normativas referentes à orientação sexual e as relacionadas à identidade de gênero. Segundo Pino (2007), a heteronormatividade é o enquadramento de todas as relações em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo. Bagagli (2013, 2017) propõe pensarmos em cisgeneridade compulsória como dispositivo de regulação sexual, afetiva e social na vida de pessoas trans, travestis e transexuais e de sujeitos cisgêneros que se relacionam com pessoas transgêneras, dessa maneira se torna possível a crítica política da matriz cisgênera, que estabiliza o gênero através da cisheteronormatividade.

A sigla LGBT representa o movimento e a articulação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, nesse sentido, LGB reconhece as identidades sexuais de gays, lésbicas e bissexuais e o T abrange as identidades de gênero das pessoas trans com toda e qualquer orientação sexual. Será adotada a sigla LGBT durante todo o escrito, pois é a mais utilizada pelos movimentos sociais brasileiros e por entidades governamentais, como conselhos e secretarias nos três âmbitos da federação.

Visando a problemática em cidades de pequeno porte e considerando seu perfil socioeconômico e cultural, a pesquisa está imbricada na análise do discurso midiático escrito, onde se constituem espaços de reprodução em massa e nicho de pesquisa para o garimpo do material disposto no jornal de maior circulação de um município do interior do Rio Grande do Sul.

Não existem soluções simples para as questões de identidade e diferença e diante do cenário de invisibilidade das questões de gênero e sexualidades da população LGBT nos municípios de pequeno porte e, por isso, questionamo-nos como a mídia escrita (disponibilizada *online*) tem veiculado reportagens relacionadas a essa temática. Nesse manuscrito, portanto, buscamos demonstrar a análise de discurso empreendida sobre a população LGBT, a partir de matérias veiculadas em uma mídia impressa, contextualizando na realidade de um município de pequeno porte. Na sequência, apresentamos os pressupostos metodológicos adotados nessa pesquisa para, depois, apresentar os principais elementos de nossa análise.

METODOLOGIA

Temos como objetivo explicar a pesquisa de cunho qualitativo, exploratório e descritivo que envolveu a análise do discurso midiático escrito a partir do garimpo de material jornalístico, problematizações das questões de gênero e sexualidade e sobre as políticas públicas destinadas a garantir os direitos da população LGBT. As discussões caminham no sentido de compreender as formas pelas quais os poderes se emaranham a discursos a fim de produzir efeitos de verdade.

Os discursos dispõem regras internas e externas que ordenam os sentidos e produzem efeitos de verdades e produção social de sentidos. Para Foucault (2007), o discurso é um bem que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que se coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas), e a questão do poder; um bem que é o objeto de uma luta política.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1996) propõe realizar as análises dos discursos, segundo dois conjuntos. De uma parte, o conjunto “Crítico” que busca cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação; mostrar como se formam para responder a que necessidades, como se modificaram, e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medidas foram encontradas. E, de outra parte, o conjunto “genealógico” que busca compreender como se formam as séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento e de variação.

Existem diversos enunciados envolvidos de discursos de verdade ou de inverdade contando com seus regramentos políticos, sociais e históricos. Sobre discurso, Foucault (2007) ressalta que são práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato de fala. E esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Pensando na formação do discurso inserido em um contexto específico e buscando problematizar as suas relações e atravessamentos, foi escolhido o jornal de maior circulação num município no interior do Rio Grande do Sul e as buscas foram feitas no site da empresa.

As amostras foram não probabilísticas intencionais e representaram os universos pesquisados. O instrumento para a produção de dados foi caracterizado pelo garimpo de recortes jornalísticos no site do jornal no período entre setembro de 2014 e junho de 2016 e que envolvesse as questões de gênero e sexualidade da população LGBT. As palavras selecionadas no sistema de busca do site foram LGBT; GLS; lésbica(s); gay(s);

bissexual(is); travesti(s); transexual(is); trans; preconceito; homofobia; transfobia; sexualidade; gênero; sexo; direitos humanos.

O período inicial para a escolha dos recortes é o ano de 2014, pois foi neste momento que se intensificou a presença da temática analisada neste estudo. Os anos que antecederam não apresentaram grandes referências à população LGBT na mídia pesquisada. Serão apresentadas algumas características objetivas dos textos veiculados para contextualizar as condições de (re)produção dos discursos, buscando elementos que transversalizam as reportagens analisadas na sua relação entre discurso e formas de subjetivação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: ONDE DEIXEI A MINHA CHAVE?

Ao elencar os discursos analisados nesta pesquisa, utilizou-se a analogia entre alguns diferentes tipos de vidros existentes em decorrência dos jogos linguísticos disponíveis para abordar a complexidade das identidades de gênero e da cisheteronormatividade. Esse jogo de palavras acompanhará a reflexão de Eve Kosofsky Sedgwick (2007), que propôs a Epistemologia do Armário, ou seja, uma reflexão sobre o “armário” como um dispositivo de regulação entre o público e o privado na vida de gays e lésbicas e que abarca também os privilégios de pessoas heterossexuais cisgêneros.

Aproveitamos a analogia do armário para todos os indivíduos pertencentes ao grupo LGBT e não somente para a população de gays e lésbicas cisgêneros como referida na proposta original. Essa combinação gramatical entre *armário* e *vidro* resultou no título e discussão deste escrito que apresenta os atravessamentos dos discursos sexuais e de gênero da população LGBT.

Quanto a busca realizada, foram encontradas 44 reportagens envolvendo os discursos de gênero (identidade e papéis) e sexualidade em seus enunciados e nos textos. As assinaturas confirmam 25 vezes mulheres cisgênero, 3 homens cisgênero e 15 não tiveram assinatura física, somente jurídica ou não foram assinalados autores e autoras.

Foram encontradas reportagens na página principal do site que é austera com formato informativo em tons claros, maior parte descritiva. E também em dois cadernos do jornal, o primeiro voltado para o público jovem escolar e acadêmico com um formato colorido, dinâmico e extrovertido. O outro caderno é direcionado predominantemente para o público jovem feminino falando sobre moda, beleza, comportamento e sexualidade e suas cores são vibrantes em tons rosa e vermelho e tendo mais imagens ilustrativas.

A partir da análise das reportagens apresentamos duas grandes categorias. A primeira, “Abrem-se alguns armários”, aborda o momento histórico escolhido para iniciar a análise, ou seja, o ano de 2014 em que aconteceu o primeiro casamento entre pessoas do

mesmo sexo no município e também um ano de eleições presidenciais que alavancaram a discussão sobre políticas públicas LGBT.

Dentro desta categoria, elencamos quatro subcategorias. A primeira, intitulada “Armário de vidro blindado”, abarca casais homossexuais cisgêneros e discute a cisheteronormatividade presente nos discursos de verdade LGBT. Para discutir a população de travestis utilizamos a analogia com o “Armário de vidro temperado estilhaçado”, trazendo a violência contra essa população como emergente. O “Armário de vidro transparente acústico” aborda a despatologização do gênero de homens e mulheres transexuais. Ao falarmos sobre as mulheres lésbicas escolhemos o “Armário de vidro fumê” como marcador de invisibilidade desse grupo, pontuando a luta feminista como parceira histórica. O número considerável de reportagens enlaçando LGBTs e propagandas comerciais intitulou a subcategoria “Armário de vidro cristal”, abordando os discursos de inclusão somados aos discursos neoliberais capitalistas.

Por fim, na categoria intitulada “Direitos sexuais, direitos humanos e políticas públicas: encontrando as chaves perdidas dos armários”, buscamos propor uma reflexão sobre a luta por direitos, avanços e lacunas nas políticas públicas e sociais da população LGBT trazendo os tratados nacionais e internacionais como referência teórica e prática.

Abrem-se alguns armários

O ano de 2014 foi importante para a população brasileira, primeiramente porque tivemos um ano eleitoral delicado. Dez candidatos concorreram à presidência da república brasileira e Dilma Rousseff concorreu à reeleição a qual resultou no seu segundo mandato como presidenta do Brasil. Nos debates eleitorais televisionados em canais abertos do país os candidatos tiveram a chance de defender as propostas dos seus programas de governo e mais do que em qualquer outro momento histórico, trouxeram as políticas públicas ligadas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como pauta. Posicionamentos considerados pelo grande público como polêmicos, tanto pela esfera religiosa que os acompanhava, como pelos entendimentos distintos do que seria aceitável na sociedade brasileira.

Em setembro de 2014, o jornal investigado circulou a reportagem que buscou os candidatos a deputados estaduais do município a fim de elencarem os seus posicionamentos referentes à união de pessoas do mesmo sexo. Assinada por um homem cisgênero teve a sua divulgação *online* e impressa.

Dos quatro candidatos entrevistados, dois mostraram-se contrários ao casamento igualitário e dois a favor. Um deles destaca que a maioria dos seus eleitores é contrária a esta liberação e, por representar uma parcela de pessoas, precisa seguir o desejo dos que

acompanham o seu trabalho, afirmando que respeita as escolhas de cada um, que é um seguidor da fé cristã, e por isso, defende o casamento tradicional. Para o candidato “a discussão é polêmica e precisa ocorrer no Brasil, afirma que não ter preconceitos é fundamental, mas informa ser contrário à permissão entre pessoas do mesmo sexo”.

É, sem dúvida, um traço comum a muitas sociedades que as regras de conduta sexual variem segundo a idade, o sexo, a condição dos indivíduos, e que obrigações e interdições não sejam impostas a todos da mesma maneira. Mas, para se ater ao caso da moral cristã, essa especificação se faz no quadro de um sistema global que define, de acordo com princípios gerais, o valor do ato sexual, e indica sob que condições ele poderá ou não ser legítimo, sendo a pessoa casada ou não, ligada ou não por votos, etc, trata-se aí de uma universalidade modulada. (FOUCAULT, 2007).

Outro candidato argumenta: “Não tenho preconceitos, mas acredito que o país não está preparado para isso. Se tiver que votar esse tipo de projeto, serei contrário. Defendo a família e a moralidade”. E segue: “Não vejo benefícios neste tipo de liberação, de que forma estes casais iriam criar seus filhos. Não traria melhorias para a população. Eu não fico em cima do muro. Sou contrário e prezo pela moral e bons costumes”.

Como ressalta Foucault (2007, p. 135), em suma, para ser dita “moral”, uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação a si. Essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitua o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo. Para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se.

Também em 2014 publica-se uma matéria que apresenta as propostas dos presidenciais para a população LGBT, a reportagem destacou a situação ocorrida em debate televisionado em abrangência nacional, na qual um candidato comparou homossexuais a pedófilos e conclamou a sociedade a enfrentar esse segmento da população. Percebemos que os jogos de verdade envolvendo as dimensões pública e privada dos sujeitos se entrelaçam nas respostas dos candidatos, o cunho moral religioso se mistura com legislações e as instituições tradicionais familiares e religiosas produzem discursos de verdade nas esferas políticas, jurídicas e sociais.

Jogos de verdade para Foucault (1999) são o conjunto de regras de produção de verdade, o conjunto de procedimentos que conduzem a um determinado resultado, que pode ser considerado – em função de seus princípios e de suas regras de procedimento - como válido ou não. Quem fala a verdade são indivíduos livres, os quais entram em

consenso e estão inseridos em uma determinada rede de práticas e de instituições coercitivas.

Armário de Vidro Blindado

Em novembro de 2014 o veículo jornalístico circulou uma reportagem sobre o primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo realizado no cartório da cidade. Assinada por uma mulher cisgênera, o escrito ressaltou que esta era a primeira união oficial homoafetiva do município, trouxe as falas do casal, das madrinhas e dos padrinhos e lembrou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em maio de 2013, a resolução nº175 que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento (BRASIL, 2013).

A consagração do termo “Homoafetividade” veio a partir da publicação da obra “União homossexual: o preconceito e a justiça”, da jurista Maria Berenice Dias (2000). A referida terminologia foi criada para justificar a inclusão das uniões entre pessoas do mesmo sexo no âmbito de proteção dos regimes jurídicos da união estável e do casamento civil, e com o intuito de se destacar que as uniões entre pessoas do mesmo sexo são pautadas no mesmo afeto romântico que justifica as uniões entre pessoas de sexo opostos. Isso foi feito por conta do preconceito social que afirmava que as uniões entre pessoas do mesmo sexo seriam motivadas por mera luxúria ou puro desejo erótico e não pelo sentimento de amor sublime que une duas pessoas de sexo oposto (COSTA; NARDI 2015).

Homoafetivo é um termo comumente utilizado para definir casais cisgêneros e cisgêneras homossexuais e, na grande maioria das vezes, é referenciado em situações que envolvam casamentos, direito a serviços e patrimônio e adoção de filhos. A junção das palavras homossexual e afetividade também serve como um alicerce sutil que distancia a relação entre homens gays e mulheres lésbicas do ato sexual desprovido de compromisso relacional. Lembramos que o termo heteroafetivo é utilizado em proporção muito menor e que o termo homoafetivo não é utilizado em nenhuma outra parte do mundo. Comumente o termo heterossexual é empregado para definir casais cisgêneros de sexo biológico diferentes.

Conforme Costa e Nardi (2015), o surgimento da homoafetividade aponta para a dificuldade na implementação de um direito democrático da sexualidade, uma vez que sexualidades não pautadas pelo amor romântico seguem política e moralmente deslegitimadas. A busca por igualdade de direitos não deve institucionalizar subjetividades, sob o risco de cair em um conservadorismo que reforça hierarquias sexuais.

Numa reportagem especial para o Dia dos Namorados do ano de 2015, uma mulher cisgênera assina a entrevista com um casal de homens gays. Nesta, o termo homoafetivo

aparece logo nas primeiras linhas, onde um casal cisgênero expõe os atravessamentos do seu relacionamento e a seus posicionamentos quanto ao namoro homossexual. Na reportagem encontramos um casal branco, dentro de uma mesma faixa etária e cursando ensino superior que afirma estar completando três anos de namoro.

No que diz respeito a casamento ou namoro, a heteronormatividade institui como referência um casal cisgênero heterossexual com compromisso civil, mesmo grupo etário e étnico-racial. O Armário de Vidro dos dois casais citados é blindado, pois o marcador social que o engloba é a inteligibilidade da cisheteronormatividade que higieniza as relações para a aceitação, ou seja, algumas pessoas são aceitas desde que capturados por determinadas normas.

Mesmo assim, ainda são casais que destoam da matriz heterossexual e por ambos serem do sexo masculino pode ser fator que desencadeie homofobia em suas diferentes esferas. É um tipo de vidro muito forte que também pode ser arranhado ou quebrado por regras sociais preconceituosas. O que pretendemos refletir são quais exclusões se criam quando reconhecemos somente determinados sujeitos e relações e quais as normatividades produzidas por estes contextos quando os entrevistados e o veículo informativo produzem verdades, subjetividades e relações de poder sobre homens gays.

Armário de Vidro Temperado Estilhaçado

O armário de vidro temperado estilhaçado simboliza os discursos de poder e verdade sobre o corpo e subjetividade e a fragmentação violenta do sujeito. O vidro temperado passa por tratamentos para modificar a sua dureza e resistência. Muitas vezes as travestis submetem-se a procedimentos que modificam os seus corpos e projetam papéis e discursos de gênero. A população de travestis é tomada por resistência assim como os vidros temperados o são. Quando quebra, o vidro temperado se estilhaça em pequenos fragmentos.

Buscando material em diferentes lugares jornalísticos visualizamos o incontável número de situações em que o gênero feminino reivindicado por travestis e transexuais não foi respeitado e tiveram o nome de registro revelado, ressaltando o gênero instituído ao nascer. No jornal investigado, encontramos cinco reportagens que abarcavam essa população. Três delas envolvendo o assassinato de travestis, uma falando sobre a burocracia da busca pelo nome social no Rio Grande do Sul e outra que trouxe a fala de uma celebridade após ser fotografada com uma travesti.

Duas reportagens foram assinadas por homens cisgêneros, duas por mulheres cisgêneras e uma não continha assinatura. Uma das reportagens tratou a travesti pelo gênero feminino durante todo o escrito trazendo o seu nome social. Uma alternou entre

pronomes femininos e masculinos. Outra alternou entre pronomes masculinos e pronomes não binários, e duas nomearam pronomes masculinos ao referenciar as travestis, uma delas incluindo o nome social e a identificação do nome de registro civil no gênero masculino.

Dentre os apontamentos, destacam-se o baixo número encontrado de reportagens e que mais da metade dos enunciados abarcam uma violência explícita contra essa população. O armário pouco protege a pessoa superexposta e colocada à margem das questões da sociedade. A patologização, fetichização e marginalização são forças violentas que estilhaçam os seus corpos e subjetividades de maneira simbólica e literal.

De acordo com a pesquisa realizada pela *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes de travestis e transexuais no Brasil. Do total das denúncias, recebidas pelo Disque 100, de violações à população LGBT, 53,85% são oriundas de situações de discriminação, o que demonstra a importância da ampliação e da qualificação da rede de atendimento e de proteção social, bem como de políticas públicas voltadas para o combate a LGBTfobia que faz do Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. (CARTILHA DO NOME SOCIAL LGBT, 2016).

Considerando esse cenário, em 2016, na semana das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos, foi publicado o Decreto Presidencial Nº 8.727 de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal (Brasil, 2016). Nome social se refere à designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida. Já a Identidade de Gênero é a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social.

Para Simpson (2015), travestis e transexuais são vistas pela medicina como seres portadores de patologia e tratadas por códigos de doenças que utilizam termos como “travestismo” e o “transexualismo”. Falar de travestilidade e transexualidade na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS) é trazer à tona questões que há pouco tempo eram desconhecidas por grande parte de população em geral. Os termos travestilidade e transexualidade foram criados pelo movimento social organizado para dizer que a questão dessa população é uma questão de identidade e de modo de viver.

As políticas públicas, especialmente às relativas ao Sistema Único de Saúde, são imprescindíveis para a promoção da saúde física e mental e qualidade de vida das travestis e devem visar à qualificação dos profissionais para acompanhar essa população, buscando estudar e compreender suas demandas. As emergentes dessa população permeiam a luta contra o estigma e a marginalização do seu grupo, a luta interdisciplinar a favor da

despatologização do gênero, a criminalização da transfobia e programas de educação e promoção da qualidade de vida de pessoas travestis. A repercussão das violências contra essa população é tênue a produção de verdades instauradas pela mídia, quando não se respeitam as identidades ou ainda quando somente são vinculadas reportagens que negam a gama de complexidades do ser e viver travesti.

Armário de Vidro Transparente Acústico

A população de transexuais apareceu nos títulos três diferentes vezes, uma em cada ano analisado (2014/2015/2016). Na primeira informando que a Justiça autorizou uma pessoa transexual a mudar de nome “sem a operação de troca de sexo” (SIC). Em 2015, assinala que transexuais e travestis já podem solicitar o nome social e no último ano salienta que uma psicóloga transexual terá seu nome social incluído na carteira de identidade profissional.

A justiça tem concedido, em muitos casos de cirurgia, o direito de mudança de nome e redesignação do “sexo” em documentos de identidade, mas a decisão ainda depende do arbítrio dos juízes. O fato de a mudança documental depender, na maioria dos casos, da realização de cirurgia de transgenitalização tanto consagra a distância entre os diferentes saberes autorizados de médicos, psicólogos, operadores de direito, entre outros e as experiências concretas dos sujeitos sociais, quanto marca, sob a justificativa de “sanar” a inadequação entre sexo e gênero, a reinstauração de um perverso binarismo. (CARRARA, 2010).

Os vidros acústicos impedem que os ruídos passem de um ambiente para o outro. Esse armário quase sempre é transparente, muito se vê, mas pouco ou nada se ouve. A constituição da sua proposta é eficaz, pois consegue inibir os sons que vem de dentro dele. A população de homens e mulheres transexuais tem a sua voz negada e não tem permissão para serem protagonistas da própria história, pois lhe são impostos discursos sobre o seu gênero e a sua sexualidade.

Os dados sociais da população de travestis e transexuais são estatisticamente infieis, pois grande parte das vezes, os levantamentos feitos são referenciados junto da população de homens cisgêneros homossexuais. Referenciadas como homens gays com mais estereótipos femininos, tem mais uma vez desrespeitada a identidade de gênero reivindicada e a presente confusão do que é gênero e o que é orientação sexual.

As políticas públicas emergentes para homens e mulheres transexuais são diversas, desde o entendimento notório e didático sobre o que é transexualidade, passando por políticas de inclusão da diversidade de gênero e sexual. Esse processo poderia resultar na

discussão e retirada do termo “transexualismo”, disforia ou dimorfismo dos Códigos e Manuais de Doenças.

Nessa direção, Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012, p. 579) questionam: “Por que diagnosticar o gênero? Quem autoriza psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas e outras especialidades que fazem parte das equipes multidisciplinares a avaliarem as pessoas transexuais e travestis como “doentes”?”. As autoras ainda ponderam que, “se não existe nenhum exame clínico que conduza a produção do diagnóstico, como determinar a ocorrência do “transtorno”? Quais e como estabelecer os limites discerníveis entre “os transtornados de gênero” e “os normais de gênero”?” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 579).

Conforme Pocahy (2010), mesmo com eventuais “derrotas” a implementação de compromissos firmados nos tratados internacionais, tem permitido a juízes e tribunais desdobrarem os seus princípios fundamentais no sentido de garantir, de fato, certos direitos e contribuir para a criação de novas leis relativas às minorias sexuais. A Carta Magna de 1988 deve ser considerada, portanto, marco fundamental a partir do qual a sexualidade e a reprodução instituem-se como campo legítimo de exercício de direitos no Brasil. Atualmente, é em torno dela que, da perspectiva da sociedade civil, são organizadas as demandas por reconhecimento de direitos e, da perspectiva de Estado, são geradas políticas públicas, instrumentos legais e decisões judiciais para responder a tais demandas.

A identidade de gênero não é construída por processos cirúrgicos ou terapia hormonal, primeiramente porque essa decisão cabe a cada pessoa e lembrando que a identidade de gênero pode não ser consonante ao papel de gênero, ou seja, padrões de comportamento masculino ou feminino esperados para homens e mulheres em nossa sociedade. (JESUS, 2012). Segundo, porque mesmo quando há o interesse nesses processos e procedimentos, eles são de difícil acesso, resultando em mutilações, hemorragias, bem como aplicação/ingestão de hormônios sem acompanhamento médico, que, quando utilizados de forma inadequada podem acarretar em graves problemas para a saúde da mulher e do homem transexual.

O atendimento interdisciplinar consiste no entendimento clínico, na hormônioterapia, no atendimento psicológico e psiquiátrico e na realização das cirurgias de transgenitalização e de caracteres sexuais secundários. Estes procedimentos foram normatizados pela Portaria GM n. 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde (2008), que estabeleceu diretrizes técnicas e éticas para o processo transexualizador no SUS. Esta portaria não apenas reconhece que a identidade de gênero e a orientação sexual são determinantes e condicionantes da situação de saúde e que o mal-estar e o sentimento de inadaptação em relação ao sexo anatômico dos usuários transexuais devem ser tratados pelo SUS, como também credencia serviços de referência que estejam habilitados a prestar atenção integral e humanizada a transexuais. (ARÁN, 2010).

A não realização de cirurgias ou a não aplicação de hormônios são decisões que não influenciam na maneira como a pessoa se reconhece e não deveriam ser dogmáticas para se considerar uma mulher ou homem transexual. Ressaltamos que o armário de vidro acústico tem seu vidro estilhaçado também, considerando o tanto de violências hediondas e direitos negados que a população de homens e mulheres transexuais sofre.

Armário de Vidro Fumê

Os vidros adesivados por películas em tons marrons ou cinza escuro recebem o nome de vidro fumê. Sua função abarca diferentes propósitos como segurança, a proteção de raios ultravioletas e a busca por privacidade. Os tons escuros escondem, em diferentes proporções, algo que está no compartimento interior e desperta a curiosidade fetichista daqueles que estão do lado de fora. Assim, muitas vezes se dão os discursos de verdade na vida de mulheres lésbicas cisgêneras. Foram encontradas duas reportagens que englobaram diretamente essa população e esse número traz algumas considerações pertinentes.

A escassez de material sobre mulheres lésbicas é um dos grandes adventos da heterossexualidade compulsória às mulheres para que exerçam, exclusivamente, papéis milenares instituídos. O desejo da mulher é extirpado em detrimento do lugar materno e a sua sexualidade permanece disponível à reprodução e ao desejo do homem. Rich (2010) propõe a ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres e que assegura o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional sobre elas.

A invisibilidade lésbica está diretamente relacionada aos discursos de verdade dos lugares sexuais/reprodutivos e socioculturais das mulheres e da fomentação dos homens cisgêneros como figura matriz em diferentes âmbitos. A heterossexualidade institucionalizada permeia os domínios da linguística com as denominações gramaticais que abarcam homens e mulheres (homens/humanos, pais, *gays*), do patriarcado (maternidade, função de cuidado emocional e doméstico, supremacia dos homens), da sexualidade (disposição e desejo absoluto pela figura do homem) e das desigualdades e violências.

No dia 29 de agosto é comemorado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica que também envolve a luta contra o machismo, contra a lesbofobia e em prol de uma revolução permanente que promova o espaço para as mulheres lésbicas nas discussões sobre diversidade social, sexual e de gênero. Uma das políticas públicas de saúde abarca a epidemiologia estatística e científica da mulher lésbica, buscando cobrir essa lacuna silenciosa a fim de alcançar as singularidades das mulheres trans e cis não heterossexuais.

Armário de Vidro Cristal

Um número considerável de reportagens trouxe a temática de gênero e sexualidade LGBT junto de *merchandising*, relacionando os discursos de capital e de cunho propagandista financeiro a discursos de inclusão e diversidade. Totalizando dez enunciados envolvendo a população LGBT e marcas nacionais e internacionais, a análise de discurso dessa categoria fez pensar os efeitos de verdade de gênero e sexualidades imbricados a produção de verdade com cunho comercial.

O vidro cristal pode ser considerado um tipo comum do material que é refinado e nobre, ou seja, muitas pessoas podem vê-lo e poucas pessoas podem adquiri-lo. O vidro cristal funciona como as estratégias de *marketing* de determinadas marcas, podendo propagar-se numa ampla dimensão, mas que nem todos poderão efetivar a compra. Elas concretizam a sua função que é permear o grande público, contudo, como os cristais, são frágeis e a sua proposta mostra limites de alcance.

O *merchandising* age através de discursos que promovem efeitos de verdade sobre as pessoas. Tanto aquelas que fazem uso direto da marca e do produto, como aquelas que não o tem acesso. O capital produz identidades ao estipular quem adquire e o que adquire determinado produto e o lugar social que esse produto representa. Vincular a população LGBT a marcas conhecidas do grande público é uma faca de dois gumes, pois cola a visibilidade para as questões de gênero e sexualidade a recursos de (e discursos de) poder de venda e compra.

Nessas situações há discursos de poder e resistência nos efeitos de verdade das marcas encontradas nas reportagens afirmando que pessoas LGBTs também podem ser associadas as suas marcas, sendo protagonistas na venda e na compra de produtos, ao tempo que regulam o lugar socioeconômico que os diferentes consumidores se encontram, ressaltando a supremacia de modelos de cor branca e cisgêneros e a invisibilidade negra e trans. Ao veicularem ações e personagens LGBTs junto de propagandas midiáticas, a performatividade sexual e de gênero institui e transforma padrões de consumo e comportamento.

Como ressalta Foucault (2006), há efeitos de verdade que uma sociedade, como a ocidental, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam.

Não tivemos o propósito de diminuir a importância da mídia e marketing LGBT. Inclusive, ressaltamos que a visibilidade sexual e de gênero se dá por diferentes vieses,

dentre eles a *merchandising*, contudo, achamos pertinente ressaltar que ao acoplar um perfil LGBT a alguma marca, outros perfis não são alcançados e que, ao pensarmos políticas de inclusão para a população LGBT, devemos ressaltar a diversidade de gênero, sexual, étnica e econômica encontrada entre esses sujeitos.

Direitos sexuais, direitos humanos e políticas públicas: encontrando as chaves perdidas dos armários

Trazemos os armários reguladores de gênero e sexualidade sob a luz dos direitos humanos. Pensar os discursos de verdade, identidade e subjetividade é pensar no ser humano e em suas marcas sociais e políticas. Os armários também são as pessoas, pois as regulações são os discursos de poder e resistência que as constituem.

Quatro reportagens abordaram o pior ataque a tiros da história dos Estados Unidos ocorrido em 12 de junho de 2016, o massacre na Boate LGBT *Pulse* em Orlando (Flórida) que matou 50 pessoas e deixou outras 53 feridas. Os escritos trouxeram notas de repúdio ao acontecimento e buscaram atualizar os leitores sobre a tragédia, elencando mensagens de anônimos e famosos que manifestaram a sua revolta e tristeza e tentaram confortar as vítimas e os seus familiares. Outros nove recortes fizeram apologia à inclusão, ao combate à desigualdade e ao preconceito e ao respeito às diferenças.

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado. (RUBIN, 1981).

Dentre as reportagens analisadas, uma totalidade de 15 abordaram especificamente políticas públicas com planos e tratados de combate ao preconceito, ao *bullying* e a violência contra as minorias sexuais, trazendo discursos empáticos e de inclusão à diversidade. A pesquisa aqui retratada iluminou pensamentos importantes sobre a discussão de políticas públicas que perpassam as esferas pública e privada, social e subjetiva, pessoal e comunitária da população LGBT.

A Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT foi instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011, sendo uma política que considera a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais da saúde e visa à eliminação das iniquidades e desigualdades em saúde dessa população. Também foram criados, em 2011, os Comitês (nacional e estaduais) de Saúde Integral LGBT – espaços consultivos que

apoiam a gestão do SUS e monitoramento da política – que têm sido fundamentais para a formulação, implantação e implementação das ações.

Visando a problemática e a importância do conhecimento das políticas públicas destinadas a defender os direitos da população LGBT afirmamos que a inclusão social tem de transitar por todas as agendas de políticas públicas e contar com a garantia de que todos os acordos estabelecidos, seja na esfera do governo federal, estadual ou municipal, estejam de fato comprometidos com um conjunto amplo de políticas públicas e indicadores orientados para diminuir a lacuna de rendas, como também garantir maior acesso ao emprego, à educação e aos serviços de saúde. Isso possibilitará às pessoas serem protagonistas dessas transformações a partir dos direitos sociais, fortalecendo a existência de uma relação intrínseca entre a inclusão social e a provisão de mecanismos de integração e pleno pertencimento à sociedade. (Moraes, 2015).

Nesse último ponto de problematização, insistimos na noção de que os discursos, ao instituírem padrões de normalidade a partir de características anatômicas, produzem efeitos de verdade e conformam as mais diversas formas de viver os gêneros e as sexualidades. Os armários que regulam a vida da população LGBT estão imbricados na construção da identidade dessa população, contudo, a imensidão do viver borra as fronteiras das normas e instituições. Nossa grande tarefa é resgatar a humanidade no existir e as políticas públicas e os direitos sexuais são ferramentas que auxiliam nessa jornada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas realizadas em pequenas cidades são importantes, pois regionalizam estudos quantitativos e qualitativos de temáticas selecionadas, deixando mais próximo da ciência e da população levantamentos que podem auxiliar no entendimento sócio histórico da demanda apresentada.

A mídia escrita *online* e impressa produz discursos com efeitos de verdade, contudo, é pertinente ressaltar que a mídia está inserida num contexto mergulhado em forças que produzem discursos de verdade, ou seja, ela é produzida pela sociedade. Há uma teia de forças discursivas nos efeitos de verdade da sociedade que produz a mídia e na mídia que produz a sociedade.

Pensando nessa problemática, a presente análise esmiuçou o site analisado buscando reportagens que abarcassem lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros e encontrando alguns apontamentos que fizeram a discussão tomar corpo. A separação por tipos de armários serviu como uma ferramenta metodológica que auxiliou no entendimento das políticas públicas necessárias para cada população e não com o intuito de fragmentar o movimento, pois a reivindicação por respeito é generalizada.

Dentre as primeiras considerações, ressaltamos a inexistência de reportagens envolvendo pessoas trans ou cis bissexuais. Dadas como confusas ou como se estivessem dentro do armário, essa população é esquecida e/ou estigmatizada em diferentes ambientes e movimentos sociais. A bissexualidade é considerada tabu ou invenção numa sociedade que instituem binarismos normativos e compulsórios.

A luta pelos direitos da população LGBT perpassa as diretrizes nacionais e internacionais dos Direitos Humanos, muito do que foi conquistado se deve ao remanejamento das suas configurações para a apropriação de políticas públicas com o Ministério da Saúde (acessibilidade e acolhimento de LGBTs no Sistema Único de Saúde e através do Sistema de Informação de Agravos e Notificação - SINAN), o Ministério da Segurança Pública (combate a violência contra LGBTs), a Justiça Federal e Estadual (adoção, casamento, nome social), o Ministério da Cultura (políticas culturais voltadas para esse público), o Ministério da Educação (Parâmetros Curriculares Nacionais - Orientação Sexual).

Entretanto, salientamos que há um caminho longo a ser percorrido na busca por uma sociedade mais igualitária e com menos estigma e exclusão para as minorias sexuais e para aqueles que fogem aos padrões cisheteronormativos. Há muita confusão quanto ao que é identidade de gênero e orientação sexual e um dos desafios dessa pesquisa foi promover o descolamento dessas duas particularidades humanas.

Concluimos a pesquisa com algumas respostas e muitas questões a serem retomadas e aprofundadas. A análise do discurso é pertinente, pois provém da formação de saberes e dizeres com efeitos de verdade das diferentes instâncias que se interconectam. No decorrer das linhas, trouxemos as políticas públicas destinadas a garantir os direitos da população LGBT encontradas nas reportagens selecionadas e esperamos que esse escrito seja um estudo político e ético na luta pela efetivação desses direitos e construção de uma sociedade mais equânime e justa.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M.. Saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. Transexualidade, travestilidade e direito à Saúde. In: ARILHA, M.; LAPA, T.S.; PISANESCHI, T.C. (Orgs.). *Coleção democracia, estado laico e direitos humanos*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.
- BAGAGLI, B. P. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. *Gênero*, Niterói (RJ), v. 14, n. 2, p. 11-27. Jul./Dez. 2013.
- BAGAGLI, B. P. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 1, p. 137-164, Jan./Jun. 2017.

BENTO, B. ; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio/agosto. 2012.

BRASIL. *Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013* – Habilitação, celebração de casamento civil ou conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Brasília, 2013.

_____. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016* - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. In F. Pocahy (Org.) *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer* (pp. 47-61). Porto Alegre: NUANCES, 2010.

CARTILHA DO NOME SOCIAL LGBT. *Garantia da utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais*. Ministério do desenvolvimento social e agrário. Governo Federal, 2016.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 137-150, Jan.Abril, 2015.

DIAS, M. B. *União Homossexual – Preconceito & a Justiça*. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France, (M.E. Galvão Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais*. Relatório da oficina atenção à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais realizada em Brasília de 23 a 25 de abril de 2014. Secretaria de política para mulheres. Governo Federal, 2014.

_____. *O processo transexualizador*. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, 2008. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/898-sas-raiz/daet-raiz/media-e-alta-complexidade/13-media-e-alta-complexidade/12669-cgmac-teste-botao-8>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

MORAES, F. *A arte de pertencer: os invisíveis do nosso século*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2015.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Coalizão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Sindicalizadas Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Revista BAGOAS*, n. 05, p. 17-44, 2010.

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisão de Miriam Pillar Grossi. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SIMPSON, K. *Travestis: entre a atração e a aversão*. Diversidade sexual e homofobia no Brasil (Venturi G.; Bokany V. Orgs.). Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2011.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. Dossiê sexualidades disparatadas. Tradução: Plínio Dentzien. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.